



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade|Instituto de Ciências Sociais|U.M.|Guimarães|27|Setembro de 2002

editorial

Antero Ferreira

EDITORIAL
**Demografia Histórica
e estudos genealógicos**
♦Antero Ferreira

FALANDO DE
DEMOGRAFIA HISTÓRICA...
♦Maria Norberta Amorim

FALANDO DE
PATRIMÓNIO...
♦Alberto Correia

ARGUMENTOS:
**Notícias sobre fontes
eclesiásticas do Brasil:
o arquivo da
Cúria Metropolitana
de Cuiabá, Mato Grosso**
♦Maria Adenir Peraro

INICIATIVAS:
♦ **II Jornadas do Neps
Festas e Romarias
Tradicionais no Portugal
Contemporâneo: Persistência
de práticas e significados
sócio-culturais**
**13, 14 e 15 de Janeiro
de 2003**

NAVEGAÇÕES:
♦ **Fontes para o estudo
da população na Internet**

Demografia Histórica e estudos genealógicos

A recente participação na XI Reunião Americana de Genealogia, realizada em Setembro em Santiago de Compostela, proporcionou-me a oportunidade de conviver com investigadores que partilham com os historiadores-demógrafos o traba-

pelo encadeamento genealógico.

Na medida em que a orientação metodológica seguida pelo NEPS, baseada na Metodologia de Reconstituição de Paróquias, nos permite reconstituir, em encadeamento genealógico, a



lho com fontes comuns e o interesse pela História da Família. É certo que, como Norberta Amorim já tinha salientado em reunião semelhante, apesar desta aparente proximidade, se os genealogistas, perseguindo os percursos familiares, alargam geograficamente o seu trabalho sem se interessarem pelo contexto demográfico, os historiadores demógrafos limitam-no, em regra, a pequenas comunidades, sem grande interesse

história de vida dos indivíduos residentes da comunidade, desde sempre o nosso grupo se interessou pela elaboração de genealogias. Os actuais desenvolvimentos informáticos facilitam-nos essa tarefa bem como as análises de parentesco, o que nos abre novas e fecundas perspectivas de investigação. Ao mesmo tempo, valorizam as nossas bases de dados paroquiais, tão morosa e pacientemente organizadas, na medida em

Demografia Histórica e estudos genealógicos

que podem ser reutilizadas quer por outros investigadores – nomeadamente os genealogistas – quer pelo público em geral, ansioso por conhecer as suas origens familiares. A massificação da utilização da Internet proporciona-nos o meio para darmos acesso a todos os interessados a este valioso património, que pode já ser consultado no nosso site: www.eng.uminho.pt/~neps.

Aproveito esta oportunidade para fazer uma mais que justa referência ao programa de genealogia que utilizamos. É uma aplicação muito simples, mas poderosa, voltada para a apresentação de bases de dados genealógicas na Internet, desenvolvida por Daniel de Rauglau-

dure, do INRIA, que nos permite vários tipos de consultas, introduzir e alterar informação, apresentar genealogias sobre a forma gráfica ou de listas, realizar cálculos de consanguinidade, etc. Acresce, ainda, que a interface pode ser apresentada numa enorme variedade de línguas, desde o português ao esperanto. Para valorizar ainda mais estas características destaco o facto de se tratar de um software que é distribuído gratuitamente pelo seu autor e que está em permanente actualização. Mais do que fazer a apologia deste software queria aqui deixar o testemunho da resposta efectiva que ele significou para a nossa necessidade neste domínio – divulgar na Internet,

com um interface eficaz, em várias línguas, as bases de dados que constituem o património do NEPS.

O interesse demonstrado pelos participantes no XIª Reunião Americana de Genealogia, particularmente pelos nossos vizinhos galegos, na apresentação do trabalho desenvolvido no NEPS, é um estímulo para aprofundarmos estas pontes de contacto que nos beneficiam mutuamente: se as nossas bases de dados são certamente uma fonte importante para as suas investigações, muito temos nós que aprender com as técnicas dos genealogistas e com o seu rigor na análise das fontes. •

Navegações

neps

Fontes de Estudos da População na Internet

A Internet é, nos tempos que correm, uma ferramenta imprescindível nas pesquisas em Ciências Sociais. A seguir indicam-se alguns sites com interesse para os investigadores das problemáticas da população.

<http://demography.anu.edu.au/VirtualLibrary/> — **Demography & Population Studies**, da Australian National University. Inclui inúmeros links, constituindo um bom guia de navegação na Internet sobre temáticas de Demografia e estudos de população.

<http://www2.h-net.msu.edu/~demog/> — Site **H-DEMOG**, que alberga um grupo de discussão dirigido aos historiadores demógrafos, com distribuição diária através de correio electrónico.

http://www.populationinstitute.org/teampublish/71_360_1026.cfm — Página de acesso ao **Popline**, publicação oficial do The Populations Institute. Edição bimestral acessível em formato .pdf.

<http://www.demographic-research.org/> — Jornal on-line dedicado à pesquisa demográfica, de subscrição gratuita.

<http://desip.igc.org/populationmaps.html> — Site com a história da população Mundial, com mapas animados desde o ano 1 até 2020.

http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/INDEX.HTM Site do NEHD - **Núcleo de Estudos em História Demográfica, do Brasil**. Edita o **BHD - Boletim de História Demográfica**, publicação de distribuição gratuita, em formato digital, através da Internet.

<http://www.hist.umn.edu/~rmccaa/laphb/laphb.htm> —, publicação do Departamento de História da Universidade de Minnesota.

<http://opr.princeton.edu/resources/> — Centro de pesquisa da População, da Universidade de Princeton.



<http://www.sosig.ac.uk/> — Site do **SOSIG - Social Science Information Gateway**, que integra o Resource Discovery Network do Reino Unido. Constitui uma boa fonte de informação para investigadores de Ciências Sociais.

<http://www.nidi.nl/> — Site do **NIDI - Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute** (Holanda)

<http://www.ufop.br/departamentos/nucleos/nhed/nhed.htm> — Página do **NHED/UFOP - Núcleo de História Económica e Demográfica** (Minas Gerais, Brasil) <http://www.seppv.uji.es/>

— Página da associação **Seminari d'Estudis sobre la Població del País Valencià**. Disponibiliza informação sobre a associação e sobre a população valenciana

<http://www.demographic-research.org/> — Página onde se publica a **Demographic Research**, revista electrónica mantida pelo **Instituto Max Planck de Pesquisa Demográfica**.

<http://www.abep.org.br/> — Site da **ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais)**.

Relacionar Família e Propriedade numa comunidade rural em período histórico exige uma metodologia adequada. Cada família pode passar por diferentes fases no que respeita à posse de bens fundiários, de acordo com os eventos demográficos que a vão afectando, e a comparação de famílias em diferentes estádios evolutivos pode conduzir a erros grosseiros. Jovens casais filhos de proprietários residentes correm o risco de ser posicionados no mesmo nível de outros casais já sem perspectivas de herança. Nesse sentido, para efeitos comparativos, será mais adequado dividir as famílias por diferentes grupos de acordo com as diferentes fases de relação com essa mesma herança.

Usando uma base de dados com todos os residentes na freguesia de S. João da ilha açoriana do Pico no dia 1 de Janeiro de 1883, contabilizámos para cada família o rendimento colectável apontado num mapa impresso da Matriz Predial da freguesia datado de 30 de Outubro de 1884, mas efectivamente organizado nos dois anos anteriores. Para uma comparação mais adequada, considerámos apenas as famílias conjugais que tinham atingido o nível mais alto de propriedade decorrente de herança, as famílias com ambos os cônjuges vivos e com os respectivos progenitores já falecidos e as famílias encabeçadas por um viúvo/a com todos os filhos dependentes.

Procedemos à distribuição dessas famílias por cinco níveis de propriedade. No nível mais

baixo, com menos de 1\$000 réis de rendimento colectável, encontramos 8% de famílias; entre 1\$000 réis e 4\$999, situavam-se 27%; entre 5\$000 e 9\$999 eram 33%; entre 10\$000 e 24\$999 colocavam-se 27%, e com 25\$000 réis ou mais apenas



se situavam 5% das famílias do grupo considerado.

É a situação dessas seis famílias conjugais mais abastadas que tinham atingido o estádio de maior concentração de propriedade, correspondentes a 5% do total de famílias desse grupo, que nos interessa no momento descrever.

1.º CASO

Na casa nº9 da Canada do Zambra, no lugar da Companhia de Cima, residiam em 1883, António Pereira da Silveira, Tostão, de alcunha, lavrador e pastor, de 55 anos, sua segunda mulher, Maria da Conceição, de 57 anos, e dois filhos do primeiro casamento, Manuel, solteiro, de 32 anos, e António, de 30. Uma afilhada, Maria, de 29 anos, que supomos ser uma criada tratada familiarmente, como era norma da freguesia, completava o número de residentes.

A casa em que viviam tinha loja, um andar, casa de

abegoaria e quintal, estruturas comuns entre os lavradores. O rendimento colectável atribuído era de 45\$252 réis, o maior da freguesia entre o grupo de famílias analisado.

António Pereira da Silveira, nascido em 11 de Fevereiro de 1828, era filho de outro com o mesmo nome, natural da freguesia da Calheta de Nesquim da mesma ilha, e de Antónia Tomásia, natural de S. João. O pai falecera quando ele tinha 7 anos. A mãe, após cinco anos de viuvez, voltara a casar com um homem 16 anos mais novo, do lugar da Companhia de Baixo, falecendo de parto dez dias após o casamento. Dos seus seis irmãos,

apenas um, o mais velho, Manuel Pereira da Silveira, sobrevivera à infância. A viúva desse irmão, Isabel de S. José, também residente na Companhia de Cima em 1883, tinha de rendimento colectável a quantia de 5\$769 réis.

O primeiro casamento de António Pereira da Silveira realizara-se em 10 de Junho de 1850, quando ele tinha 22 anos, com Inês da Conceição, de 21 anos, sua vizinha, que lhe daria quatro filhos. Em 1859 António Pereira da Silveira emigrou para o Brasil, deixando a família, e logo no ano seguinte Inês da Conceição faleceu. Tinha então 30 anos de idade.

Regressando do Brasil, António Pereira da Silveira voltou a casar em 1859 com Maria da Conceição, de 41 anos, a irmã mais velha da mulher falecida, que não chegaria a dar-lhe filhos. Admitimos que as cunhadas tivessem criado os sobrinhos, na sua ausência. Uma outra irmã de Inês da Conceição, Luzia da Conceição, solteira

ra, residia isolada na casa vizinha, a casa nº10 da Canada do Zambra, tendo um rendimento colectável de 6\$015 réis.

O sogro, João Leal Ferreira, tivera oito filhos, quatro falecidos na infância. A quarta filha sobrevivente, Antónia da Conceição, havia casado para a Companhia de Baixo, tendo o marido um rendimento colectável de 22\$240 réis.

Mesmo considerando que, tanto o pai como o sogro, seriam proprietários e que as dificuldades de sobrevivência à infância dos filhos provocariam uma maior concentração da propriedade, parece claro que foi a emigração com sucesso que avantajou o rendimento de António Pereira da Silveira.

Reparemos que os quatro filhos de António Pereira da Silveira foram também eles emigrantes.

Manuel Pereira da Silveira, o filho mais velho, nasceu em 20 de Janeiro de 1821, emigrou para o Brasil aos 13 anos. Residindo com o pai em 1883, chegaria a casar na freguesia aos 34 anos, voltando depois para o Brasil, sem regresso.

O segundo filho, homónimo do pai, nasceu em 5 de Novembro de 1852, havia emigrado para os Estados Unidos aos 21 anos. Casou em S. João logo nesse ano de 1883, voltando depois ao país de adopção. Faleceu em S. João aos 76 anos.

José Pereira da Silveira, o terceiro filho por ordem de nascimento, emigrara sem regresso para o Brasil quando tinha 12 anos.

Francisco Pereira da Silveira, o filho mais novo, nasceu em 3 de Setembro de 1857, havia emigrado para os Estados Unidos aos 23 anos.

António Pereira da Silveira faleceu viúvo aos 85 anos. Maria da Conceição falecera aos 76.

2.º CASO

Na casa nº1 da Canada de Lázaro Pereira, no lugar da Companhia de Cima residia em 1883 um outro proprietário, Francisco Pereira Cardoso, Fevereiro, de alcunha, com um rendimento colectável de 26\$078 réis.

Nascido em 11 de Abril de 1835, era o único filho que sobrevivia em S. João de Manuel Pereira Cardoso e de Ana da Conceição, já falecidos. Dois irmãos haviam falecido em criança e outros dois haviam-se ausentado.

Com 47 anos em 1883 e sua mulher, Ana Clara, natural de S. Mateus, com 45, haviam registado já nove filhos, vindo a ter posteriormente mais um.

Não detectamos ausências de Francisco Pereira Cardoso. A concentração dos seus bens teria sido facilitada pela morte e ausência dos irmãos.

No entanto, quase todos os seus filhos viriam a falecer fora da sua terra.

A filha mais velha, Maria de Jesus, nascida em 20 de Fevereiro de 1862, emigrou aos 19 anos para o Brasil.

Manuel, o filho que se seguiu, nasceu em 3 de Agosto de 1864, ausentou-se aos 19 anos, sem passaporte conhecido.

Ana Clara Cardoso, nascida em 18 de Abril de 1866, emigrou para o Brasil aos 18 anos.

Luzia Clara, nascida em 19 de Janeiro de 1868, casou em S. João aos 35 anos, falecendo aos 41.

Francisco, nascido em 27 de Abril de 1870, ausentou-se aos 20 anos.

António, nascido em 12 de Janeiro de 1872, saiu aos 19.

Maria do Rosário, nascida em 8 de Maio de 1876, casou para S. Mateus aos 29 anos e ausen-

tou-se de S. João.

Clara Caetana, nascida em 19 de Fevereiro de 1876, tinha 9 anos quando emigrou para o Brasil.

João Pereira Cardoso, nascido em 10 de Abril de 1878, casou em S. João aos 40 anos e foi o único que deixou descendência na freguesia.

José, nascido em 28 de Janeiro de 1881, saiu aos 18 anos.

Maria, a filha mais nova, nascida em 1 de Janeiro de 1884, faleceu com 5 anos de idade.

Francisco Pereira Cardoso faleceu aos 82 anos, tendo Ana Clara falecido com 57 anos.

3.º CASO

Na casa nº3 da Canada do Almança, do lugar da Companhia de Baixo, encontramos outro proprietário com rendimento colectável superior a 25\$000 réis. Tratava-se de João de Brum Garcia, Lendiaço de alcunha, de 62 anos, casado com Maria Bernarda, de 43. Não tinham filhos, nem chegariam a ter. Havia casado dois anos antes, sendo Maria Bernarda natural da vizinha freguesia de S. Mateus. O rendimento colectável atribuído era de 28\$830 réis.

João de Brum Garcia era filho de um proprietário, Manuel de Brum da Silveira, e de sua mulher, Ana Maria, casal que tivera cinco filhos, todos sobreviventes à infância. Dois irmãos haviam falecido já depois de casados, uma irmã, também chamada Ana Maria, solteira, residia com um sobrinho na casa vizinha, casa nº4 da mesma Canada, e um outro irmão, Francisco de Brum Garcia, residia relativamente próximo, na Rua da Igreja, casado, tendo de rendimento colectável a quantia de 12\$353 réis.

Enquanto os outros irmãos saíram de casa, Ana Maria e João

de Brum Garcia ficaram sempre com os pais, apoiando-os na sua velhice, e admitimos que tenham sido herdeiros beneficiados. Estranhamente, em relação à irmã solteira, não é referido no mapa da Matriz Predial qualquer tipo de propriedade, o que faz supor que os bens dela estivessem ainda na posse de João de Brum Garcia. Recordemos que só o casamento tardio deste último condicionou a separação dos irmãos.

Não encontramos neste caso influência da emigração de sucesso, admitindo tratar-se de um herdeiro beneficiado.

4.º CASO

Na casa nº81 do Caminho, na chamada Rua da Igreja encontramos uma viúva, Maria de Jesus, com os seus cinco filhos solteiros, e um neto, com um rendimento colectável de 44\$673 réis.

Maria de Jesus era natural das Lajes, lugar da Silveira, filha de proprietários, e casara para S. João, com Manuel Peixoto, Estreito, de alcunha, o filho mais novo de Francisco Peixoto da Silveira e de Catarina Josefa, também proprietários. A viúva de um irmão de Manuel Peixoto, Ana Tomásia, também residente na Rua da Igreja em 1883, era a maior proprietária da freguesia, com um rendimento colectável de 70\$470 réis, apesar de não ter todos os filhos na sua dependência.

Manuel Peixoto e Maria de Jesus tiveram seis filhos.

A filha mais velha, Maria de Jesus Peixoto, nascida em 24 de Novembro de 1854, viria a casar aos 38 anos. Teve dois filhos, mas só um sobreviveu à infância. Ela própria faleceu aos 64 anos.

Manuel Vieira Peixoto, o segundo filho, nascido em 15 de

Maio de 1856, estava em 1883 emigrado nos Estados Unidos. Viria falecer à freguesia, solteiro, aos 71 anos.

José Vieira Cardoso Peixoto, o filho que se seguiria, nascido em 8 de Março de 1858, emigrara aos 13 anos para o Brasil, sendo referido no passaporte como estudante. Depois de renovar o passaporte por mais duas vezes, casou em S. João aos 54 anos, onde faleceu aos 76. Foi benemérito da freguesia, tanto na reconstrução da Igreja, como na formação da Filarmónica, angariando para o efeito fundos no Brasil.

Maria dos Santos Peixoto, nascida em 11 de Novembro de 1860, havia tido um filho natural, o neto de Maria de Jesus referido no rol, Jerónimo, em 23 de Fevereiro de 1882. A família não consentiu no casamento, porque o namorado era pobre, e Maria dos Santos acompanhou o irmão José para o Brasil, logo nesse ano de 1883. Voltaria para S. João, onde faleceu solteira, aos 97 anos. O filho emigrou aos 14 anos para os Estados Unidos, onde faleceu.

António, outro filho de Maria de Jesus, emigrou para o Brasil aos 21 anos, sem retorno.

Amélia de Jesus Peixoto, a filha mais nova, viria a casar aos 26 anos, para fora da freguesia. Não chegaria a ter netos.

Mais uma vez notamos que neste final de século foi destino frequente dos filhos dos proprietários a emigração para o Brasil ou para os Estados Unidos. O casamento retardado e condicionado para os que ficavam reduzia as perspectivas de empobrecimento para a nova geração.

5.º CASO

Na casa nº112 do Caminho encontramos uma viúva, Maria

da Conceição, de 77 anos, com duas filhas dependentes. Tinha de rendimento colectável a quantia de 38\$140 réis.

Maria da Conceição, nascida em 2 de Abril de 1805, era filha natural e única de Manuel Pereira Gaspar e de Rita da Conceição.

O seu defunto marido, Manuel Francisco Ferreira, Balandrau de alcunha, era filho de outro do mesmo nome e de Maria do Nascimento. A única irmã que tivera falecera na infância.

O casamento entre Manuel Francisco Ferreira e Maria da Conceição realizara-se em 20 de Maio de 1822, quando tinham, respectivamente, 19 e 17 anos. Nasceram-lhes sete filhos.

Maria da Conceição, a filha mais velha, nascida em 22 de Novembro de 1824, residente com a mãe em 1883, viria a falecer solteira aos 89 anos de idade.

Ana, nascida em 30 de Dezembro de 1828, ausentara-se aos 20 anos.

Rita da Conceição Ferreira, nascida em 30 de Setembro de 1831, emigrara aos 30 anos para o Brasil.

Isabel de S. Francisco, nascida em 29 de Maio de 1835, ausentou-se aos 14 anos, supostamente para o Brasil, para onde mais tarde tirou passaporte.

Josefa Ermelinda da Conceição, residente com a mãe em 1883, veio a casar aos 52 anos, falecendo aos 84.

Francisca de Jesus Maciel, nascida em 11 de Março de 1842, emigrara aos 18 anos para o Brasil, mas veio casar a S. João, quando tinha 31 anos, ausentando-se de seguida.

António, o filho mais novo, nascido em 24 de Outubro de 1848, falecera aos 4 anos.

A emigração, o celibato definitivo e o casamento tardio das

filhas, condicionaram também que Maria da Conceição, quando faleceu, aos 85 anos, não conhecesse nenhum neto.

6.º CASO

Na casa nº123 do Caminho encontramos António Silveira de Ávila Martins, Saca de alcunha, viúvo de Inácia dos Anjos, com um rendimento colectável de 26\$096 réis. Com ele vivia uma filha solteira, Francisca Catarina, duas filhas naturais desta, Maria, de 9 anos e Inácia, de meses, e ainda uma cunhada, também chamada Francisca Catarina, de 77 anos.

António Silveira de Ávila Martins, nascido em 14 de Agosto de 1807, era filho de António Silveira de Ávila e Anastácia Jacinta. Um irmão solteiro, Teotónio Flávio da Silveira, também residente na Companhia de Baixo, na casa nº82 do Caminho, tinha de rendimento colectável a quantia de 13\$893 réis. Outro irmão casado, Manuel Silveira de Ávila Martins, residente na casa nº21 da Travessa entre a Canada do Almança e a Canada de Francisca, tinha de rendimento colectável a quantia de 16\$287 réis.

A defunta mulher de António Silveira de Ávila Martins, Inácia dos Anjos, nascida em 29 de Setembro de 1808, era filha de José Francisco de Simas e de Francisca Catarina, casal que tivera sete filhos, três deles ainda vivos em 1883. Um cunhado de António Silveira, chamado António José de Simas, estava casado no lugar da Companhia de Cima, e tinha de rendimento colectável a quantia de 6\$218 réis. Outro cunhado, também casado, residia na casa imediatamente anterior, tendo de rendimento colectável a quantia de 6\$229 réis, o que coloca a família da mulher num escalão de

rendimento inferior. A cunhada co-residente, Francisca Catarina, não tinha bens arrolados no seu nome e admitimos que os seus bens estivessem já na posse da família da irmã.

O casamento entre António Silveira de Ávila Martins e Inácia dos Anjos realizara-se em 16 de Setembro de 1839, aos 32 e 30 anos, respectivamente. Baptizaram cinco filhos.

Maria Inácia, a filha mais velha, nascida em 27 de Setembro de 1840, falecera aos 21 anos de idade.

António, nascido em 27 de Março de 1843, falecera com um ano.

Inácia, nascida em 13 de Janeiro de 1845, falecera com 16 anos.

Francisca Catarina, nascida em 26 de Novembro de 1846, tivera três filhos naturais.

Maria Inácia de Sousa, nascida em 1 de Setembro de 1873, era filha de Manuel Silveira de Sousa, nascido em 8 de Janeiro de 1844, que emigrara para os Estados Unidos, sem assumir a paternidade. Essa situação foi muito dura para Francisca Catarina que adoeceu de máguia, contando com a hostilidade do pai, que se sentiu desonrado. Só o apoio do irmão permitiu a sobrevivência da criança recém-nascida¹. Mais tarde Maria Inácia de Sousa foi perfilhada e única herdeira do pai.

Inácia, uma criança nascida em 13 de Abril de 1881 e falecida aos três meses, era filha de Manuel de Brum da Silveira, solteiro, filho de um vizinho.

Inácia Silveira Lagido, também filha de Manuel de Brum da Silveira, nascida em 31 de Maio de 1882, foi a última a nascer antes do casamento dos pais que se realizou em 14 de Julho de 1884. Inácia Silveira Lagido foi emigrante nos Estados Unidos aos 29 anos, mas regressou e casou na freguesia aos 38 anos, ausentando-se depois com o marido para o Brasil, onde faleceram.

Dentro do casamento Francisca Catarina chegaria a ter um outro filho.

Manuel Silveira de Ávila

Martins, o filho mais novo de António Silveira de Ávila Martins e de Inácia dos Anjos, nascido em 16 de Outubro de 1849, viria a falecer aos 27 anos, solteiro.

António Silveira de Ávila Martins, que viria a falecer aos 82 anos, tivera, no estado de viúvo, um filho natural de Maria Constança, solteira, do lugar da Companhia de Cima. Esse filho, o Padre Cândido Ávila Martins, nascido em 16 de Dezembro de 1863, dez anos antes da neta Maria Inácia de Sousa, faleceu jovem nos Estados Unidos, com fama de esmoler e grande orador. Apesar de usar os apelidos do pai, este não o reconheceu como filho, nem mesmo na altura da sua *missa nova*, sendo então apregoado como filho de pai incógnito.

A mentalidade do tempo expressa-se claramente neste caso. Como proprietário viúvo, António Silveira de Ávila Martins não casou com a mãe do filho natural, sendo esta uma jovem recatada, mas pobre. Não reconheceu o filho, mesmo quando este se afirmava socialmente. Quando a filha engravidou de um namorado que a rejeitava, sentiu-se desonrado, maltratou a filha e nunca mais participou em nenhuma festividade da freguesia, quer fosse um arraial em dia de Espírito Santo, ou uma simples boda de casamento. No entanto, protegeu a neta Maria Inácia quando Francisca Catarina casou com outro homem que não o pai dela e só permitiu que ela saísse do seu agregado quando Manuel Silveira de Sousa a reconheceu como filha e a requisitou para sua casa. •

¹ Ver de Maria Norberta Amorim e Alberto Correia, *Francisca Catarina (1840-1863). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Guimarães, NEPS, 1999.

Terras da Lapa

As "Terras da Lapa" são as terras que Aquilino Ribeiro chamou "Terras do Demo", querendo com tal expressão significar que eras são adustas e bravas não tanto devido a sanha dos homens como ao génio da Madre Natureza.

Quis esta mostrar-se ali com o jeito da sua rudeza extrema cobrindo a terra com basta penedia, a mais branda desfeita ao longo dos séculos pelo dardejar do sol e o sopro dos ventos, tornada assim mancha arenosa onde nasceram giestais e campos de urze que agradeceram o milagre de existir com a festa das maias e o manto roxo lançado sobre a montanha no alvorecer da primavera.

Os homens expulsos do paraíso vieram fixar-se aqui num tempo longínquo de neolítico. Dois rios de águas frescas, o Vouga e o Paiva, matavam-lhes as saudades dos quatro rios do Paraíso.

Inventaram depois searas de trigo dourado, plantaram macieiras sem conto, exorcizando tentações antigas, por um tempo celebraram o Sol e a Lua como deuses e ofereceram-lhes, como Abel fizera a Javé, nas festas de solstício, cordeiros gordos, pão cozido sob a cinza, cestos de fruta e cordões de flores ao pescoço de raparigas.

Os homens bem queriam transformar em paraíso as terras do seu desterro. Mas houve sempre Caim matando Abel, chuvas de dilúvios, a fome, a peste e a guerra atormentando os vivos.

Ate que um dia uma pastora, criança de idade, inocente de natureza, muda de condição, entra no escuro do uma gruta da montanha onde era habitual abrigar-se com o gado. E deu fé de uma imagem abandonada no chão antigo.

Devia parecer-se com as imagens das Virgens dos altares, a imagem do milagre que Joana, a pastora, guardou na cestinha breza da sua merenda e entreténs. E chamou-lhe Senhora da Lapa, mal sabendo que estava sendo madrinha da amplidão da montanha.

A mãe de Joana deu conta do desvario da filha que endronizava a imagem sobre altazinhas na serra, contavam as outras pastoras, e lhe talhava, em casa, vestidinhos com restos de panos. E, irada, lançou a imagem sobre a fogueira.

— "Ai minha mãe, que é a Senhora da Lapa!"

Falou a pastora muda, quedou-se, paralisado, o braço sacrílego da mulher, a imagem resiste às chamas, cura-se com uma oração o braço da mãe de Joana.

E ei-las proclamando pela aldeia de Quintela a aparição de uma personagem celeste que sempre se ficou chamando de Senhora da Lapa.

Fizeram primeiro da gruta uma capela, a voz de Joana correu os povos da roda da serra e os peregrinos desenharam os primeiros caminhos de uma estrela de caminhos.

Houve cegos que ficaram a ver, coxos que andaram, gente triste com filhos na guerra, com pai embarcado, que voltava a ser feliz.

Longe ficavam os tempos do neolítico, o culto propiciatório do sol e da lua, mas os homens pareciam iguais e traziam alqueires de trigo que eram moídos para pão, vinham crianças com fronte enfeitadas de "silvas", que eram rosas de papel, lembrando deste modo o milagre do uma ressurreição, outros deixavam mercadori-

Os homens expulsos do paraíso vieram fixar-se aqui num tempo longínquo de neolítico. Dois rios de águas frescas, o Vouga e o Paiva, matavam-lhes as saudades dos quatro rios do Paraíso.

II JORNADAS DO NEPS

**Festas e Romarias tradicionais no Portugal Contemporâneo:
Persistência de práticas e significados sócio-culturais**

INSCRIÇÕES

Os participantes com comunicação deverão remeter à Comissão Organizadora das Jornadas os títulos e resumos (máximo 450 caracteres) dos trabalhos a apresentar até ao dia 10 de Dezembro.

Os textos das comunicações aceites não deverão exceder 15 a 20 páginas (em word, tamanho de letra 12, espaço entre linhas 1,5) devem ser entregues (em suporte de papel e digital) até ao limite máximo de 10 de Janeiro, sendo o prazo de entrega das versões definitivas, 28 de Fevereiro de 2003.

A inscrição é gratuita para estudantes e autores de comunicações aceites pela Comissão Científica das Jornadas; para os demais participantes o valor da inscrição é de 45 euros.

INFORMAÇÕES

♦ **Núcleo de Estudos
de População e Sociedade**

Universidade do Minho,
Pólo de Azurém
4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:
253510187

♦ e-mail:
neps@neps.ics.uminho.pt



13, 14 e 15 de Janeiro de 2003 | Universidade do Minho | Campus de Azurém | Guimarães

falando de património

Alberto Correia

A Lapa
continua sendo
uma "cidade
sagrada".
Mas continuam
correndo apenas
dois rios, dos
quatro rios do
Paraíso.

as de ouro e prata, e houve raparigas que bordaram mantos dourados de rainha como faziam antigamente, na Grécia, as raparigas devotas de Atena.

Os Padres da Companhia de Jesus vieram servir neste santuário de montanha junto do qual uma "cidade" nasceu, cidade sagrada com largo Terreiro aberto às procissões, o abrigo das estalagens, fontes junto à "nascente" de um rio para matar a sede dos romeiros e lavar "mortilhas" desnecessárias e os corpos curados das chagas que a vida produz.

Dentro da gruta os romeiros atravessavam um caminho estreito e percorriam, quase todos sem o saber, esse simbólico caminho do paraíso.

A Lapa foi sempre isso para os romeiros, mesmo em tempo de desarvoradas doutrinas que pregavam a morte de Deus porque de paraíso os homens sempre ficaram privados.

No alto da serra da Lapa o santuário que abriga os rochedos do antigo milagre mantém portas abertas.

Renovaram-se os caminhos que atravessavam a serra. Reabriram estalagens fechadas.

A Lapa continua sendo uma "cidade sagrada".

Mas continuam correndo apenas dois rios, dos quatro rios do Paraíso. •

Notícias sobre fontes eclesiásticas do Brasil: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, Mato Grosso

Em Outubro de 2002, a população da histórica cidade de Cuiabá, Mato Grosso, situada na região Centro-Oeste do Brasil, será presenteada com o lançamento de um livro muito especial, referente às fontes eclesiásticas. Trata-se do Catálogo, *Memória da Igreja em Mato Grosso: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá*.¹

A edição do Catálogo **Memória da Igreja em Mato Grosso: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá** é resultado de um esforço conjunto de historiadores da Universidade Federal de Mato Grosso, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso, do Conselho Estadual de Cultura e da Rede CEMAT – Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A., preocupados com a recuperação da acção cultural da Igreja Católica na região e, consequentemente, com a preservação da própria memória histórica da sociedade de Mato Grosso.

O Catálogo refere-se à documentação existente no arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, onde são encontrados documentos inéditos, produzidos pela Igreja Católica em Mato Grosso e que remontam à segunda metade do século XVIII. De antemão, gostaria de apontar ao leitor, que o Catálogo, conforme poderá ser constatado, obedece a uma baliza cronológica, de 1756 a 1956, abarcando duzentos anos da vida eclesiástica de Mato Grosso, portanto, dos tempos da Prelazia à Arquidiocese e, especificamente, ao final do arcebispado de D. Francisco de Aquino Corrêa (1922-1956). O presente Catálogo constituiu-se em apenas um dos produtos do projecto **Memória da Igreja em Mato Grosso**, cujo objectivo maior é o de preservar, pela microfilmagem, um dos mais importantes acervos documentais

referentes à trajectória da Igreja Católica em Mato Grosso.

Importa ressaltar, que o presente Catálogo, encontra-se profundamente relacionado ao Arcebispado de Dom Bonifácio Piccinini, Arcebispo de Cuiabá, de 1979 aos dias actuais, ao permitir que um primeiro arranjo de forma sistematizada no Arquivo da Cúria, fosse realizado no ano de 1986. Até então, como tem afirmado o próprio Arcebispo, a documentação – livros e documentos avulsos – encontrava-se desordenada e acondicionada de maneira muito precária e sem condições de consulta ao público. Ao permitir que o arranjo fosse realizado pelo professor Otávio Canavarros durante o citado ano, foi possível colocar em execução um sistemático projecto de arranjo que, pode-se dizer, consistiu em uma espécie de “freio” ao processo de deterioração que o tempo vinha tecendo sobre a preciosa documentação. Acondicionados em caixas de papelão, devidamente referenciadas e depositadas em estantes de aço, os documentos avulsos encontraram condições, senão inteiramente adequadas, mas estáveis, que permitiram garantir a sua estabilização até o ano de 2000, momento em que um passo decisivo foi dado no sentido de salvaguardar toda a documentação e, agora, através da microfilmagem.

A discussão, elaboração e execução do projecto contou com duas exímias historiadoras, talentosas e competentes nas áreas em que actuam: Professora Doutora Elizabeth Madureira Siqueira, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conhecedora profunda de arquivística e da história de Mato Grosso e Sibele de Moraes, que aceitou o desafio de, enquanto aluna do Programa de Pós-graduação, mestrado em História pela Uni-

versidade Federal de Mato Grosso, continuar desenvolvendo as actividades de microfilmagem no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), onde há anos actua e responde pelo Sector.

Neste sentido, no final do ano de 1999, protocolamos junto à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso, (FAPEMAT), o projeto **Memória da Igreja em Mato Grosso...**, com o firme propósito de obter recursos financeiros visando efectuar a microfilmagem da documentação, sendo a solicitação atendida e resultando na assinatura do Termo de Outorga e de Aceitação de Auxílio conforme processo número 3.22.10/06 de 1999.² Ao longo dos anos de 2000 e 2001, foram incorporadas à equipe de trabalho, quatro alunas do curso de graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Giseula Maccarini, Quelce Queiróz dos Santos, Itamara dos Anjos de Oliveira e Silviane Ramos Lopes da Silva, contempladas pelo CNPq com bolsa do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e responsáveis pela execução de todo o acervo referente aos documentos manuscritos, impressos e fotográficos. Ao final do ano de 2000, o primeiro ano de trabalho, o projecto já apresentava um significativo avanço em relação ao arranjo e microfilmagem dos registos vitais – baptizados, casamentos e crismas, bem como dos livros de Índices e Protocolos, num total de 196 livros devidamente arranjados e microfilmados. No entanto, restava ainda efectuar todo o trabalho de arranjo da documentação avulsa depositada em caixas. Somado a isso, cabia dar conta igualmente do riquíssimo acervo fotográfico detectado pelas alunas no interior do arquivo no final deste mesmo ano, o que vi-

O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá

nha implicar na dilatação do prazo do tempo de trabalho da equipe e das despesas com material de consumo. Assim sendo, e diante deste novo quadro, o projecto **Memória da Igreja** foi protocolado na Secretaria Estadual de Cultura, sob nº 258/2001, sendo aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso nos termos da Lei de Incentivo à Cultura³. Com a Carta de Aprovação liberada pelo Conselho Estadual de Cultura, fomos em busca da captação de recursos. E, neste sentido, necessário se faz aqui ressaltar o papel da Rede CEMAT – Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A., incentivando dentre tantos outros projectos, através de Doação, o Projecto Cultural, **Memória da Igreja em Mato Grosso**. Tal doação, possibilitou a continuidade e a execução do projecto que pôde atingir plenamente os objectivos iniciais propostos: organizar, arranjar, microfilmear a documentação e preparação da edição de um Catálogo referente a toda documentação depositada num dos mais ricos arquivos eclesiásticos de Mato Grosso. Cumpriu o projecto, igualmente, um outro objectivo, que é o de favorecer o acesso dos pesquisadores às fontes documentais eclesiásticas, ao depositar os rolos de microfílm no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso. Somam ao todo, 174 rolos de microfílm, sendo 03 rolos referentes ao período administrativo da Igreja como Prelazia, 46 do período de Diocese e 47 de Arquidiocese. A respeito dos períodos administrativos Prelazia / Diocese são 06 rolos, da Diocese / Arquidiocese, 51 rolos e 17 da Prelazia / Diocese e Arquidiocese. Dentre os rolos referentes ao período da Arquidiocese, 01 rolo é referente aos mapas eclesiásticos e 01 às Bulas papais. Some-se ainda 04

rolos referentes ao acervo fotográfico datado da segunda metade do século XIV aos dias actuais.

Se de um lado, é possível afirmar que existe uma situação de equilíbrio e de relativa tranquilidade em relação ao estado de segurança da documentação do Arquivo da Cúria, de outro, é preciso dizer da necessidade de ir para além do trabalho de microfilmagem. Esforços devem ser feitos no sentido de preservar a documentação mediante a técnica de restauração. A restauração, como garantia da longevidade dos documentos, constitui-se em uma meta a ser ainda atingida por Dom Bonifácio Piccinini, bem como por nós, historiadoras envolvidas com o presente trabalho, sabedores do valioso património que o arquivo da Cúria encerra.

A equipe de trabalho vislumbra ainda a perspectiva de investigar sobre a existência de outros arquivos eclesiásticos em Mato Grosso de maneira que todas, ou pelo menos a maior parte das paróquias sejam visitadas, podendo resultar daí um inventário a exemplo daquele já realizado em Portugal⁴, o que demandaria uma intervenção enérgica e conjunta de historiadores, autoridades eclesiásticas e administrativas para viabilizar o levantamento dos fundos arquivísticos existentes neste Estado.

O que torna valoroso, ao nosso ver, o presente trabalho é que, através dele, foi possível tornar visível ao público a preciosa documentação eclesiástica, indo ao encontro do que já apregoava Caio Prado Júnior no início da década de 1940 em uma quase que desapercibida nota de rodapé: *É pena que os arquivos eclesiásticos ainda não estejam, na sua maior parte, ao alcance do grande público. Eles deitariam grande luz sobre a vida íntima da sociedade colonial*⁵. Não somente da sociedade colonial, diríamos

nós, mas, principalmente das sociedades imperial e republicana, pois, a maior parte da documentação eclesiástica do arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, refere-se ao período de Diocese (1826 a 1910) e Arquidiocese (1910 aos dias actuais). Dentre a volumosa documentação, em torno de 20.000 peças documentais, ressaltamos aqui os registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos, reveladores da preocupação da Igreja Católica a partir do Concílio de Trento (1545-1563) em estabelecer um sistema de registos de seus fiéis, ou seja, "desde os alvares da colonização espanhola e portuguesa na América começaram a existir registos especiais de cada paroquiano e de cada um dos eventos vitais ocorridos ao longo de suas existências: do baptismo à morte, passando pelo casamento"⁶. No Brasil, a normalização de tal prática ocorreu com maior eficácia a partir do primeiro Sínodo dos Bispos, resultando daí as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, em vigor até o final do Império.

Tais documentos constituem-se em peças de inestimável valor para o estudo das populações pretéritas, pois fornecem informações sobre o nascer, o viver, o morrer das populações brancas, negras, indígenas e mestiças. Homens e mulheres de estratos sociais diferenciados – livres e escravos, que nasceram ou imigraram para Mato Grosso e que em algum momento de suas vidas, por contingências, ou mesmo em atendimento às exigências de Igreja dirigiram-se ao Juízo Eclesiástico onde deixaram pistas concretas sobre suas vidas, casando-se, baptizando ou apadrinhando e mesmo registando mortes de seus familiares. Melhor seria ainda dizer, atentando para os registos de baptizados, que podemos obter informações sobre as relações de compadrio e

O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá

através dos testemunhos de actos de baptizados ou de casamentos, avaliar as relações sociais estabelecidas pelas famílias, como também detectar o nível de alfabetização dos nubentes e padrinhos.

Não somente estudos na linha da metodologia da Demografia Histórica podem ser efectuados a partir das fontes paroquiais mas também no âmbito da História Social, a exemplo das epidemias e doenças que assolaram as populações em diferentes períodos. Some-se a isso, as possibilidades de estudos sobre a estruturação da Igreja enquanto instituição, dos bispos e arcebispos e, particularmente sobre o clero local e a trajectória dos mesmos na constituição da vida das paróquias, vilas e municípios o que remete-nos à uma melhor compreensão do Padroado e do Ultramontanismo no âmbito da história nacional. Há que se fazer menção à existência de uma farta documentação referente aos militares - homens que nasceram ou que migraram para Mato Grosso em cumprimento às ordens do Estado imperial e republicano, a exemplo dos autos de Justificação de estado de solteiro, casamento, de viuvez e das habilitações matrimoniais. Tais autos permitem, não apenas perceber a trajectória dos militares em direcção a Mato Grosso, mas também as determinações da Igreja relativas aos casamentos pois dizem respeito à necessidade de comprovação por parte dos nubentes, do estado de solteiro, ou de viuvez, com depoimento de testemunhas, juntamente com a apresentação do registo de baptismo ao vigário geral da paróquia. Permitem, de outro lado, que se constatem origem e profissão dos Justificantes, e mesmo atitudes face aos emolumentos cobrados pela Igreja na montagem dos processos. Uma história quantitativa pode ser efectuada sobre o

contingente militar a partir da farta documentação relativa aos autos citados. Permite, igualmente, eleger/seleccionar dentre os inúmeros processos, estudos de caso que possam iluminar histórias de vidas com vistas a reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, na perspectiva de uma "história vista de baixo", conforme concepção de Jim Sharpe no sentido de *servir como correctivo à história da elite abrindo a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do quotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história*.⁷

Não menos importantes são as possibilidades que se abrem para os estudos sobre as populações indígenas em Mato Grosso a partir dos registos paroquiais. Se levarmos em conta, como já referido, que a Igreja Católica, através das Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, de 1707,⁸ passou a exigir que os registos vitais - baptizados, casamentos e óbitos fossem lavrados em livros próprios; se considerarmos que os párocos, mesmo em número diminuto, foram incumbidos desta função e passaram a efectuar tais registos de maneira sistemática; se considerarmos que a própria política de "pacificação" levada a termo por parte das autoridades provinciais exigia que os baptizados ocorressem e que os indígenas fossem, a partir daí registados, torna-se possível perceber a importância desta fonte para pensarmos sobre a história do contacto dos brancos com os grupos indígenas que viviam e ainda vivem em Mato Grosso e próximos à Cuiabá, como os Bororo Coroado e os Guaná. Neste sentido é que tais fontes ganham evidência, pois, podem revelar aspectos da sociedade de Mato Grosso e, de forma ampla, da própria sociedade do Brasil,

ainda não devidamente abordados. •

- 1 O arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, foi fundado em 1719, como decorrência das descobertas de jazidas auríferas e passou a constituir-se em um dos principais núcleos de povoamento da Capitania de Mato Grosso, esta por sua vez criada em 1748, no âmbito do debate luso-espanhol acerca dos limites das respectivas áreas ultramarinas na América.
- 2 Com o auxílio em mãos, propiciado pela FAPEMAT, foi possível celebrar o Termo de Cooperação Cultural nº 006/2000 entre a Universidade Federal de Mato Grosso e a Mitra Arquidiocesana de Cuiabá, para a execução de projeto no período de 24.11.1999 a 24.11.2001.
- 3 Lei nº 5.863-A, de 12 de dezembro de 1991, regulamentada pela Lei nº 7.042, de 15 de outubro de 1998.
- 4 Referimo-nos ao Inventário Coletivo dos Registos Paroquiais publicado no ano de 1993 em Lisboa em forma de dois volumes os quais integraram o projeto maior de trabalho: Inventário dos Bens Culturais Móveis, empreendido pelo Estado português em seu Programa de Governo, cobrindo no volume 1 os registos do Centro e Sul - arquivos distritais de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto Alegre, Santarém, Setúbal e Viseu e no volume 2, os arquivos distritais de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. (MENDONÇA, Manuela (coord.). *Inventário Coletivo dos Registos Paroquiais. Inventário do Património Cultural Móvel*. Vol. 1. Centro e Sul. Lisboa: Secretaria de Estado e Cultura / Arquivo Nacional / Torre do Tombo. 1993).
- 5 PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, Colônia. 8.ed., São Paulo: Brasiliense, 1965, p. 329.
- 6 MARCÍLIO, Maria Luíza. *Os registos paroquiais e a Demografia Histórica da América Latina*. Separata Memórias da I Semana de História. Franca, 1979, p. 259.
- 7 SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 54.
- 8 *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas por Sebastião Monteiro da Vide*, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, propostas e aceitas em o Sinodo Diocesano, em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typ. de Antonio Louzada Antunes, 1853.

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00 / 18,95 €]

AMORIM, Maria Norberta, *Ribeiras do Pico. (Finais do séc. XVII a finais do séc. XX). Microanálise de evolução demográfica*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 800\$00/ 8,98 €]

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de **Anabela de Deus Godinho**), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 250\$00/ 6,23 €]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população - 1606-1910*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça - Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 000\$00/ 14,96 €]

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00/ 8,98 €]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarições, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00/ 14,96 €]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 800\$00/ 18,95 €]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).



Boletim Informativo nº 27 ■ Setembro de 2002

PUBLICAÇÃO DO:
**NÚCLEO DE ESTUDOS
DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE**
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Pólo de Azurém
Guimarães

DIRECTORA:

Maria Norberta Amorim

EDITOR:

António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:

Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTE NÚMERO:

Maria Norberta Amorim, Alberto

Correia, Maria Adenir Peraro,

Antero Ferreira,

António Amaro das Neves

SECRETARIADO:

Isabel Salgado, Daniel Freitas, Fátima

Dias, Natália Silva, Sónia Fer-

nandes, Vítor Oliveira

DEPÓSITO LEGAL

n.º 125306/98

♦ Núcleo de Estudos
de População e Sociedade

Universidade do Minho,

Pólo de Azurém

4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:

253510187

♦ e-mail:

neps@neps.ics.uminho.pt

♦ Mailling list:

•endereço:

neps_uminho@egroups.com

•subscrição:

neps-uminho-subscribe@egroups.com

♦ URL:

www.eng.uminho.pt/~neps

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.